



Câmara Municipal de Governador Lindenberg
Estado do Espírito Santo

**Parecer do relator da Comissão de Legislação, Justiça e Redação
Final**

Projeto de Lei nº 028/2021

O Chefe do Poder Executivo Municipal requer a esta Casa a aprovação do referido Projeto que dispõe sobre Projeto de Lei nº 028/2021 que dispõe sobre “As taxas de Licenciamento Ambiental dos Empreendimentos, atividades, e/ou Serviços do Município de Governador Lindenberg/ES e dá outras Providências”.

Nos termos do artigo 38, I e § 1º, I do Regimento Interno, cabe a esta Comissão analisar a constitucionalidade e a legalidade do projeto do qual sou Relator e emito o seguinte parecer.

O projeto encontra fundamento no art. 30, inciso I, da Constituição Federal, bem como no exercício do poder de polícia relativo às atividades econômicas existentes no Município.

Quanto ao conteúdo do projeto, insta destacar que se insere em um conjunto de medidas legais recentemente inseridas no ordenamento jurídico com a publicação da Lei Federal 13.874/2019, que institui a Declaração de Direitos da Liberdade Econômica fica dispensada a exigência de nova licença para o desenvolvimento de atividade alternativa ou complementar de baixo-risco.

Nota-se, portanto, que a simplificação de procedimentos para o funcionamento de estabelecimentos que desenvolvem atividades de baixo risco vai ao encontro do disposto na legislação federal.

O que se observa de todo o exposto, é que a propositura é juridicamente hígida e possui diversos pontos compatíveis com o ordenamento normativo aplicável. Todavia, também fica claro que a



Câmara Municipal de Governador Lindenberg
Estado do Espírito Santo

matéria possui intrincadas questões envolvendo a intersecção de leis federais, municipais e mesmo de legislação infra legal do município.

Ressalto que o mérito das questões econômicas, financeiras e orçamentárias em si, deverá ser analisado pela Comissão de Finanças e Orçamento.

Por fim, opino pela aprovação do projeto, por estar revestido de constitucionalidade, legalidade e ter boa técnica legislativa.

Governador Lindenberg/ES, 01 de dezembro de 2021.

LEOMAR MANDATO
Relator



Câmara Municipal de Governador Lindenberg
Estado do Espírito Santo

Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

Projeto de Lei nº 028/2021

Nos termos do artigo 63 do Regimento Interno desta Casa, as comissões deliberarão, por maioria dos votos, sobre o pronunciamento do relator que, se aprovado, prevalecerá como parecer da Comissão.

O relator opinou pela aprovação do Projeto.

Por fim, esta Comissão, reunida com todos os membros, abaixo assinados, acolhe o voto do relator, manifestando pela aprovação do Projeto de Lei 028/2021.

Governador Lindenberg/ES, 01 de dezembro de 2021.

Aloísio Romanha

Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

Leomar Mandato

Relator

Bidal

Membro